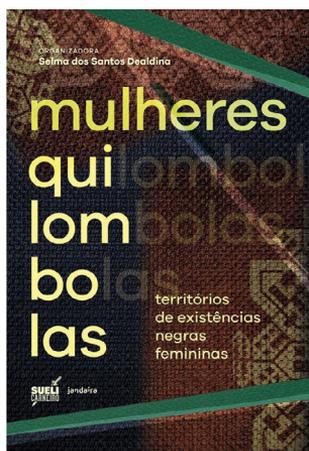


SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas¹

Quilombolas women: territories of black female existences
Mujeres quilombolas: territorios de existencias femininas negras



Dalila Maria de Fátima Lisboa²
<https://orcid.org/0000-0001-9136-2557>

As narrativas das mulheres quilombolas são uma forma de resistência e contribuem para compreendermos quem somos, o que pensamos e o que produzimos. Ao expressarem os sentimentos por meio da escrita, essas mulheres demonstram suas lutas pela preservação e pela valorização da identidade quilombola.

Partindo desse pressuposto, o livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”, organizado por Selma dos Santos Dealdina, expõe o direito ao território, a violência doméstica sofrida pelas mulheres quilombolas, a inserção dessas mulheres na academia e o

1 DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

2 Tem formação profissional em Serviço Social. Mestre em Política Social. Assistente Social no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). E-mail: <dalilamesquita08@gmail.com>.

protagonismo delas na militância política, a partir da contribuição de outras mulheres quilombolas de diversas partes do Brasil.

As narrativas foram publicadas em forma de artigo. O primeiro artigo é de Ana Cleide da Cruz Vasconcelos e contém dois poemas: o primeiro ressalta o trabalho duro das mulheres da Amazônia e a falta de acesso a direitos, apesar de destacar algumas conquistas. Já o segundo relata o sofrimento do povo negro, o trabalho e a luta pela titulação dos territórios quilombolas, fundamental para a afirmação da identidade do povo quilombola.

Adiante, o artigo “Mulheres quilombolas defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política”, da autora Selma dos Santos Dealdina, narra a existência dos quilombos como um projeto coletivo de vivências em comunidade e o compartilhamento do acesso aos bens, de modo contrário ao que é projetado pelo capitalismo. O território é algo que fortalece a identidade do povo quilombola, mas ainda ocorre uma escassez de políticas públicas que garantam acesso a esses espaços e a outros bens que possibilitem melhor qualidade de vida.

É inegável que a dificuldade de acesso à terra e às políticas públicas é permeada pelo racismo institucional, que protela o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas. As mulheres são as maiores responsáveis pela transmissão cultural entre as gerações dos quilombos, já que são as principais no processo de transmitir a reza, no conhecimento das raízes medicinais, nos benzimentos e na formação de lideranças comunitárias, a fim de manter viva a ancestralidade dos povos quilombolas.

O Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) tem como um dos objetivos o fortalecimento das lutas das mulheres quilombolas contra a invisibilidade e as violências a que elas são submetidas. O Coletivo elaborou o artigo: “Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela”, buscando dar visibilidade à temática da violência, mais especificamente contra as mulheres quilombolas.

Por sua vez, a autora Givânia Maria das Silva escreveu “Mulheres quilombolas afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina”, apontando para as disparidades e o menor acesso das mulheres negras quilombolas à educação

e ao mercado de trabalho, dentre outras desvantagens, em comparação com outros grupos sociais. Aponta também a falta de representação dessas mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisões, apesar de exercerem importante papel na luta pelos direitos das populações quilombolas.

Maria Aparecida Mendes, quilombola, mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB), em “Saindo do quarto escuro”, aborda a violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. A autora destaca os conflitos existentes nos quilombos, pois, mesmo sendo quilombolas, elas estão inseridas em um sistema patriarcal capitalista e suas vidas são permeadas de violência. Com isso, a autora busca dar visibilidade às violações dos direitos das mulheres quilombolas e às estratégias utilizadas para enfrentar tal contexto. A luta pelo território, como direito coletivo, é uma estratégia de autofortalecimento e apoio mútuo, a fim de superar coletivamente os dilemas individuais.

A escrita de Vercilene Francisco Dias, em “Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola”, traz para discussão os critérios adotados para o reconhecimento da identidade quilombola do povo Kalunga. Tais critérios objetivam coibir fraudes e possibilitam o acesso às oportunidades.

O artigo “Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins”, escrito por três autoras (Amária Campos de Sousa, Débora Gomes Lima e Maria Aparecida Ribeiro de Sousa), relata a trajetória de luta e resistência de quilombolas universitárias. Traz a reflexão de que algumas mulheres quilombolas, ao mesmo tempo em que desempenham vários papéis nos quilombos, ocupam as universidades, locais onde constroem saberes e conhecimentos científicos. A inserção dessas mulheres nas universidades contribui para a luta coletiva, uma vez que permite dar visibilidade aos quilombos e destaca a importância da garantia dos territórios.

A quilombola Gessiane Nazário, em “Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico”, narra sobre a sua trajetória na pesquisa de mestrado, em que dissertou sobre a sua comunidade: o Quilombo da Rasa, localizado no Rio de Janeiro. As principais

narrativas do texto são sobre a expropriação das terras dos familiares da autora, a sua trajetória enquanto quilombola acadêmica, o racismo estrutural, a Lei nº 10.639/03 e o papel da educação na emancipação dos intelectuais negros.

Sandra Maria da Silva Andrade e Ana Carolina Araújo Fernandes, em “Eu sempre fui atrevida: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola”, narram sobre Sandra Maria e sua família. As mulheres do Quilombo Carrapatos da Tabatinga, localizado em Bom Despacho (MG), são exemplos da importância das religiões de matrizes africanas, bem como da fortaleza das mulheres do referido quilombo. A união delas contribui para minimizar a opressão imposta aos quilombolas e as impulsiona para que lutem pelos seus direitos. A rebeldia é uma forma de poder entre os quilombolas, pois contribui para a luta contra as desigualdades e a violência.

A narrativa “Quilombo Pau D’Arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva” foi escrita por Valéria Pôrto dos Santos. O texto expõe o protagonismo das mulheres quilombolas no trabalho e na luta política, sendo as mulheres do referido quilombo consideradas responsáveis por buscar a autonomia na geração de renda e o empoderamento feminino na produção agrícola, defendendo os princípios da soberania, da solidariedade e da justiça social, o que impulsiona a organização coletiva das mulheres. A narrativa traz a concepção de quilombo como espaço onde são organizados e reproduzidos os modos de vida que constroem e preservam os conhecimentos que são repassados entre as diferentes gerações, bem como mostra a importância do diálogo nessa transmissão de conhecimentos.

Carlinda Pereira de Almeida, autora do artigo “Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe”, quilombo localizado no município de Bom Jesus da Lapa (BA), aborda a importância das sementes crioulas como parte do tradicional, uma vez que são consideradas um patrimônio cultural dos quilombos. Tais sementes contribuem para a autonomia alimentar e para a preservação da biodiversidade, sendo seu cultivo baseado na diversidade e nos princípios da solidariedade, na soberania alimentar e na conservação, de modo que resgatam um sentimento de pertencimento às comunidades quilombolas.

Por fim, as autoras Dalila Reis Martins, Mônica Morais Borges, Rejane Maria de Oliveira, Andreia Nazareno dos Santos e Nilce de Pontes Pereira dos Santos nos contemplam com poemas sobre as mulheres negras quilombolas. Dalila Reis conta como é ser uma mulher do quilombo Kalunga, onde transbordam cultura e alegria, de maneira que ela se orgulha de pertencer ao referido território. Mônica Morais retrata os estereótipos vivenciados pelas mulheres negras, associados à noção de que elas são fortes e não demonstram momentos de fraqueza e de dores. Ela ressignifica essa dita fortaleza e traz a reflexão de que tais estereótipos contribuem para a negligência dos direitos das mulheres quilombolas.

Rejane Oliveira fala dos diversos papéis exercidos pelas mulheres quilombolas e dispõe na escrita histórias de luta, coragem e resistência delas em relação aos direitos. Andreia Nazareno versa sobre o ser mulher quilombola e sobre a luta por igualdade, justiça e titulação dos territórios, além da busca por direitos contra o preconceito que assola os negros. Por fim, Nilce Pontes destaca as práticas agrícolas agroecológicas e o respeito aos alimentos e à terra como coisas sagradas, ressaltando a importância de que estejam alinhados ao fogo, à água e à terra, para o fortalecimento da identidade negra quilombola.

Já a obra “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” faz referência, de maneira muito eficiente e respeitosa, às mulheres dos quilombos e ao papel delas na transmissão do conhecimento para as gerações futuras, pois são elas as principais guardiãs da pluralidade desses conhecimentos, apesar de ainda ocuparem um lugar de invisibilidade na sociedade e não serem reconhecidas como transmissoras de saberes de grande importância para a sociedade atual e as gerações futuras.

Portanto, o livro possibilita dar voz a essas mulheres quilombolas, sendo elas as protagonistas das suas próprias narrativas. É importante compreender o que se passa dentro das arestas dos quilombos, o que contribui para a garantia dos direitos dos quilombolas e, principalmente, para as mulheres desses espaços.

As escritas das mulheres quilombolas de diferentes comunidades no livro “Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas” são fundamentais para se compreender a

realidade enfrentada por elas, bem como a sua atuação em diversos campos, seja na comunidade ou na academia. Elas partem de uma concepção de suas vivências, o que possibilita uma contribuição histórica para a viabilização de direitos e a transmissão de conhecimentos. Vive-se um momento de intensificação do racismo, e elas são vítimas dessa opressão. Dar voz e visibilidade para as mulheres negras quilombolas é uma forma de resistência ao racismo vivenciado por elas.

Como quilombola, reconheço que somos as principais autoras de transmissão de saberes ancestrais. As mulheres quilombolas são classificadas como guardiãs das comunidades, e isso foi percebido durante os relatos delas ao longo do livro. Guardar esses saberes e transmiti-los para as gerações futuras é uma forma de perpetuação da identidade das comunidades quilombolas.